

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.984 - GO (2019/0036650-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : DIWEY STARNLY FERREIRA QUEIROZ - GO024609
RENATA GONÇALVES COSTA E SILVA - GO033227
ANA CLAUDIA DE SOUSA - GO032124
AGRAVADO : WALDIR ANTONIO ALIEVI
ADVOGADOS : WOLCER FREITAS MAIA - GO018397A
CRISTINA BORGES MAIA - GO033380

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. PLANO COLLOR. ATO JURÍDICO PERFEITO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DO POSTULANTE. INOCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA EM MARÇO/1990 COM BASE NA BTNF AO PERCENTUAL DE 41,28%. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO INDEVIDO E DA CITAÇÃO. 1. Não há que se falar em impossibilidade jurídica do pedido quando a pretensão restitutória é legalmente prevista e não defesa na legislação pátria vigente. 2. A prescrição para a restituição/repetição de valores pagos indevidamente em virtude de contrato bancário segue os prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916 e no artigo 205 do Código Civil de 2002, respeitada a norma de transição do artigo 2.028 deste último diploma legal, e tem como termo de início de contagem o momento da lesão do direito. Não há falar em aplicação de prazo prescricional de cinco (05) anos, previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, porquanto inexistente suporte fático que atraia sua incidência ao caso, pois não se trata de acidente de consumo, isto é, de reparação de danos decorrentes em falha/vício na prestação do serviço bancário. 3. Nas cédulas de crédito rural com correção monetária atrelada aos índices remuneratórios da caderneta de poupança, aplica-se o BTNF de 41,28% no mês de março de 1990. 4. Na forma do enunciado da Súmula nº 43 do colendo Superior Tribunal de Justiça, o quantum condenatório deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC, a partir do pagamento indevido (evento

danoso) e acrescido dos juros de mora, de 1% ao mês, desde a citação. 5. Não há se falar em abatimentos de descontos e quantias quitadas pela instituição financeira se não ficou demonstrado tal pagamento ao autor. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta o agravante violação dos artigos 371, 947, 985, 986 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento das omissões relativas à interpretação dos fatos e documentos e da ofensa à coisa julgada.

Argumenta que a pretensão revisional do contrato está prescrita, bem como que houve violação ao ato jurídico perfeito.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Quanto à preliminar, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/15. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não correspondeu à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

No tocante à aventada prescrição, conforme jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, a ação em que se busca repetição de indébito relativo a financiamento agropecuário (cédula rural) baseia-se em direito pessoal, motivo por que o prazo de prescrição aplicável é vintenário (se entre a data da lesão do direito e a da entrada em vigor do Código Civil de 2002 - 11.1.2003 - houver fluído mais da metade do prazo de prescrição de vinte anos), ou trienal (se entre a data da lesão do direito e a da entrada em vigor do Código Civil de 2002 houver fluído menos da metade do prazo de prescrição de vinte anos), devendo-se considerar como termo inicial de contagem do prazo vintenário a data da violação do direito (vale dizer, a data do pagamento). Nesse

sentido:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (CPC/73, ART. 543-C). PROCESSUAL CIVIL. CIVIL E BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. PRAZO: VINTENÁRIO NO CÓDIGO CIVIL/1916 (ART. 177); TRIENAL NO CÓDIGO CIVIL/2002 (ART. 206, § 3º, IV). TERMO INICIAL: DATA DO PAGAMENTO. CASO CONCRETO: RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973: 1.1.

- "A pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural prescreve no prazo de vinte anos, sob a égide do art. 177 do Código Civil de 1916, e de três anos, sob o amparo do art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, observada a norma de transição do art. 2.028 desse último Diploma Legal"; 1.2. - "O termo inicial da prescrição da pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural é a data da efetiva lesão, ou seja, do pagamento." 2. Caso concreto: prescrição da pretensão.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.361.730/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 28.10.2016).

No caso, a Corte local manejou os seguintes fundamentos para dirimir a controvérsia (fls. 1.255-1.259, e-STJ):

De outro modo, examinando os autos, verifico que, tanto o pedido (restituição) como a causa de pedir (análise da legalidade da correção monetária e dos juros incidentes na avença), por serem de cunho estritamente pessoal, correspondem ao lapso de vinte (20) anos, por aplicação da norma de transição do artigo 2.028 do Código Civil de 2.002, combinada com o artigo 107 do Código Civil de 1916. (...)

Destarte, tendo a ação sido proposta em 11.03.2010, mantenho a prescrição declarada pela julgadora *a quo* quanto aos expurgos inflacionários ocorridos em janeiro de 1989, no entanto, reconhecendo quanto às de nº 80/06690-9 e 90/00238-5 que o direito pleiteado não foi acobertado pelo manto da prescrição, visto que as cobranças ilegais realizadas pelo Banco se deram após o advento do Plano Collor, em 15/03/90, portanto, antes de decorrido o prazo de

Superior Tribunal de Justiça

vinte (20) anos, não merecendo reparos a sentença vergastada nesta parte.

Deste modo, intentada a demanda dentro do lapso temporal quanto a alguns títulos, rejeito, portanto, a arguição de prescrição.

A jurisprudência do STJ não vacila quanto à possibilidade de revisão de contratos extintos, pois o cumprimento do contrato não significa a renúncia ao direito de discutir suas cláusulas, caso contrário, haveria incentivo ao descumprimento, além de que tal situação é vantajosa para o credor, que primeiro recebe todo o crédito, para só depois, caso haja demanda judicial que reduza a dívida, restituir a quantia que fora cobrada indevidamente (Terceira Turma, REsp 455.855/RS, Rel. Ministro Ari Pargendler, por maioria, DJU de 19.6.2006; Terceira Turma, REsp 993.879/SP, Rel. Ministro Vasco Della Giustina [Desembargador convocado do TJRS], unânime, DJe de 12.8.2009; Quarta Turma, REsp 293.778/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 20.8.2001, e REsp 565.235/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 9.2.2005). Portanto, nessas bases, desde que observado o prazo prescricional, que é a hipótese dos autos, como visto acima, não há razão para não se considerar o direito à revisão após o pagamento da dívida.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora